

## ATIVIDADE COMUNITÁRIA E CONSCIENTIZAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL



**Emanuel Meireles Vieira**

*Universidade Federal do Pará – Belém – Brasil*

**Verônica Morais Ximenes**

*Universidade Federal do Ceará – Fortaleza – Brasil*



### **Resumo**

Este trabalho parte da constatação de que há correlação entre modo de participar de atividades comunitárias e conscientização. Seu objetivo é discutir como a forma de participar de atividades comunitárias influencia na conscientização, a partir de uma perspectiva histórico-cultural da mente. Utiliza-se abordagem qualitativa, com enfoque etnográfico, entrevistando-se uma pessoa, com entrevista semi-estruturada, cujo foco era história de vida. Registrou-se a entrevista e fez-se diário de campo. Analisou-se o modo de participar do sujeito e uma análise temática de sua entrevista. Como resultado, verificou-se que participação mais ativa e cooperativa propicia condições para o sujeito fortalecer interações com a realidade, pela apropriação e significação desse tipo de relacionamento.

**Palavras-chave:** Participação. Atividade Comunitária. Conscientização.

### **Introdução**

Nos trabalhos em Psicologia Comunitária que tivemos oportunidade de desenvolver, a participação dos moradores em atividades comunitárias apresentava-se como um tema merecedor de investigação mais acurada. A pesquisa aqui focalizada, portanto, trata de inquietações situadas no debate entre a prática da Psicologia Comunitária e um estudo empírico empreendido por um de seus precursores.

Movido por essa temática, Góis (2005) realizou um estudo, partindo de questionamentos acerca da relação entre a participação em atividades comunitárias e a consciência pessoal. Segundo o autor, seu objetivo era

[...] verificar se a atividade comunitária é importante no aprofundamento da consciência pessoal (mudança de uma consciência semi-intransitiva a uma consciência transitiva) e compreender que aspectos da atividade comunitária estão mais relacionados com tal fato, em moradores de uma comunidade rural do Estado do Ceará (GÓIS, 2005, p.125).

A passagem da consciência transitiva mágica para a transitiva crítica é nomeada por Freire de *conscientização*. É esse conceito que Góis (2005) investiga em seus estudos, relacionando-o com a participação em atividades comunitárias. Os resultados apresentados por Góis (2005) indicam que há alta correlação entre o tipo de consciência e certos aspectos, tais como: escolaridade, estado civil, ocupação laboral, ato de participar ou não, tipo de atividade comunitária e papel que exerce, e modos de participação.

Interessa-nos, para este estudo, a relação entre o tipo de consciência e a variável chamada por Góis (2005) de forma de participar de atividade comunitária. De acordo com esse autor, “[...] quanto mais ativa é a participação nas atividades comunitárias, mais se evidencia a consciência transitiva (ingênua e crítica). Por outro lado, quando a participação é menos ativa, onde há pouco diálogo, predomina a consciência mágica” (GÓIS, 2005, p.170). Para Góis (2005), a participação ativa concerne a expressões mais debatedoras e propositivas por parte dos membros do grupo, enquanto o modo de participação passivo implica a presença de pessoas mais caladas e com pouca atitude indagadora, nos espaços das atividades comunitárias.

Apesar de apontar a correlação existente entre o modo de participação em atividades comunitárias e o tipo de consciência dos indivíduos, Góis (2005) não explicita como se processa a conscientização (FREIRE, 1980) a partir dos modos de participação.

Tal investigação, articulada com nossa atuação em Psicologia Comunitária, suscitou-nos o seguinte questionamento: de que maneira a participação dos moradores em atividades comunitárias atua nos seus processos de conscientização? O objetivo geral deste trabalho, por conseguinte, é compreender como o modo de participação em atividades

comunitárias, tendo em vista sua função mediatizadora, atua no processo de conscientização de um sujeito aqui investigado.

### **Considerações em torno da participação**

Falar de participação é transitar num terreno sobre o qual muito se fala, mas pouco se compreende, em seus aspectos mais profundos. Conforme Souza (1996, p. 81), “[...] a participação é linguagem comum nas diversas camadas da população [...]. Assumir a perspectiva da participação exige, antes de qualquer outra atitude que se examine: participação por quê? Em função de quem? O que é mesmo participação?” Segundo diversos autores (DAGNINO, 2004; DEMO, 1988; SOUZA, 1996; FREIRE, 1984; VIEIRA; XIMENES, 2008b), a participação não pode ser tomada apenas em sua dimensão instrumental, senão que se trata de uma necessidade eminentemente humana, em sua dimensão utópica.

Segundo Amman (1978), “[...] participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas da sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (p. 61). Essa definição é a adotada neste texto, tendo em vista o tipo específico de participação que aqui discutimos, qual seja, o de participação em atividades comunitárias.

Optar por alguma forma de participar é realizar uma escolha a respeito de que sociedade valorizamos. Se temos em mente – o que é o nosso caso, como psicólogos comunitários – que a sociedade opressora e desigual em que vivemos precisa ser transformada e que a autonomia do coletivo precisa ser fortalecida, decidir por uma participação imposta, por exemplo, seria, no mínimo, contraditório. Como agentes externos à comunidade, devemos conjugar participação provocada e participação voluntária, no sentido de fortalecer atividades comunitárias já desenvolvidas nas comunidades em que atuamos (GÓIS, 1994).

Como se pode perceber, a participação envolve, de maneira direta, uma perspectiva em torno da questão do poder, pois se refere à forma e à importância do que se toma parte. Por isso, autores que lidam com essa questão (LIMA, 1983; SOUZA, 1996; DEMO, 1988; VIEIRA; XIMENES, 2008b) afirmam que a participação necessariamente envolve a questão do conflito, uma vez que, na perspectiva da autogestão, forma democrática de

participação, o que se objetiva é a conquista de uma maior participação em decisões importantes.

### **Atividade comunitária**

O conceito de atividade comunitária está ancorado na Teoria da Atividade, pesquisada e desenvolvida por Alexis Leontiev. Essa teoria estabelece um elo indissolúvel entre mudanças materiais e subjetivas, haja vista sua tese central de que o trabalho acarretou a hominização do cérebro. Trabalho, aqui, é compreendido de acordo com a definição de Leontiev (1978, p. 175), segundo a qual

[...] o trabalho humano [...] é uma actividade (sic) originariamente social, assente na cooperação entre indivíduos que supõe uma divisão técnica, embrionária que seja, das funções do trabalho; assim, o trabalho é uma acção (sic) sobre a natureza, ligando entre si os participantes, mediatizando a sua comunicação.

Assim, podemos perceber, no trabalho, as dimensões instrumental e comunicativa que o envolvem, visto que a decomposição da atividade em determinadas ações pressupõe que elas se liguem, mediante a relação entre o indivíduo e os membros da coletividade.

O grande salto que a humanidade dá em relação aos outros animais e que possibilita essa ação planejada do homem sobre a natureza é a criação de instrumentos. A utilização de um instrumento está estreitamente vinculada à consciência do fim da ação. Assim, ele deixa de ser um mero objeto e passa a carregar consigo conceitos que ultrapassem uma condição natural.

Uma vara usada para atingir um determinado alvo inatingível de modo natural não é apenas um pedaço de um galho de árvore, pois, na ação, passa a se vincular a algo a que naturalmente não se associaria. É nesse sentido que Leontiev (1978, p. 82) afirma que “[...] é o instrumento que é de certa maneira portador da primeira verdadeira abstração consciente e racional, da primeira generalização consciente e racional”. Há, dessa forma, uma significação que atravessa o instrumento. O significado atribuído à ação e ao instrumento pela consciência só se torna possível através do mais elaborado instrumento desenvolvido pela humanidade – a linguagem –, que, segundo Leontiev (1978), distingue e generaliza objetos para a consciência.

Apoiado nas investigações de Leontiev, Góis (1994) desenvolve o conceito de *atividade comunitária*. Góis (2005, p. 89) define atividade comunitária como

[...] a atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela é uma rede de interações sociais, instrumental e comunicativa, direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social [...] de comunitário, do desenvolvimento da consciência social e pessoal, e da construção da responsabilidade comunitária.

Assim, como na Teoria da Atividade de Leontiev (1978), entre as características do conceito de atividade comunitária que nos fornece Góis, encontra-se a de conter interações instrumentais e comunicativas. Todavia, Góis (2005, p. 61) ressalta a comunidade como *locus* privilegiado de interação e de surgimento do psiquismo. Por essa razão, o autor a conceitua como

[...] um lugar de moradia, um “hogar” social, de permanência estável e duradoura, de relação direta (face-a-face) entre seus moradores, de crescimento e de proteção da individualidade frente à natureza e à sociedade. Apresenta, como o município e a sociedade maior, que exercem influência sobre ela, um processo social próprio cheio de contradições, conflitos e interesses comuns, que servem de base à construção e orientação das ações de seus moradores com relação a próprio lugar, ao município onde se encontra e ao conjunto da sociedade.

Assim, podemos afirmar que a comunidade transita entre o geral e o particular, dando ao sujeito um nome, distante da perspectiva a-nônima que vivenciamos, principalmente nos grandes centros urbanos. Vale ressaltar, contudo, como fazem Góis (1994; 2003; 2005) e Sawaia (2002), que a realidade comunitária está longe do que se poderia imaginar como sendo um agrupamento homogêneo, pois, assim como no restante da sociedade, é possível encontrarmos interesses diversos e relações de poder não necessariamente convergentes, atuando e interagindo no mesmo espaço.

### **Conscientização**

A conscientização é tema constante na obra de Paulo Freire. Apesar de não ser de sua autoria, foi em seu trabalho que tal termo ganhou notoriedade. O pedagogo define conscientização da seguinte forma: “[...] tomar posse da realidade [...], é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1980, p.29). Como percebemos, essa definição extrapola uma dimensão apenas cognoscitiva, um

conhecer melhor a realidade, pois traz consigo uma concepção política, qual seja, a da sua transformação.

Com base na perspectiva de uma profunda imbricação entre contexto histórico-cultural e compreensão de mundo, em *Educação como prática da Liberdade*, Freire (1984) discorre sobre três tipos de sociedade: fechadas, abertas ou de transição. O primeiro tipo carrega consigo a marca da sobreposição de uma elite cada vez mais rica, em face de uma maioria cada vez mais pobre e subjugada a interesses alheios às suas principais demandas.

Já as sociedades em transição se caracterizam por um acirramento pouco profundo entre o que é velho e o que representa o novo, sendo ambas as ideias guiadas por um clima de muita emoção, em detrimento da resolução das questões urgentes que compõem as contradições sociais. Isso implica uma importação de modelos descontextualizados e posturas bastante assistencialistas, por parte dos dirigentes.

As sociedades abertas, por sua vez, possuem uma relação mais direta entre elite e população em geral; o contexto é levado em conta na efetivação das ações, há uma maior autoconfiança de seu povo, bem como existe um considerado fomento de espaços para uma participação pautada no diálogo. O resultado disso é uma população mais dialógica e que se volta, de fato, para uma compreensão e uma transformação mais profunda de suas questões.

A cada uma dessas sociedades corresponde, respectivamente, um determinado tipo<sup>i</sup> de consciência, que, segundo Freire (1984), pode se dividir em três: a semi-intransitiva<sup>ii</sup>, a transitiva ingênua e a transitiva crítica. Definamos cada um desses termos, iniciando pela semi-intransitiva, correlacionada com o tipo de sociedade descrita anteriormente como fechada. “O que pretendemos significar com a consciência “intransitiva” é a limitação de sua esfera de apreensão. É a sua impermeabilidade a desafios situados fora da órbita vegetativa” (FREIRE, 1984, p.60).

Como se pode perceber, na consciência semi-intransitiva, o indivíduo apreende a realidade de um modo quase vegetativo, visto que esta é compreendida de maneira cristalizada e terminada. Nesse estado, o ser não estaria em relação com o mundo, mas apenas em contato com ele.

Ainda na perspectiva de Freire (1984), a consciência transitiva ingênua caracteriza-se por simplicidade na análise dos problemas, julgamento de que o passado é melhor do que o presente, tendência a julgar a partir da emoção e não pela razão, privilégio da polêmica, ao invés do diálogo. A consciência transitiva ingênua, então, forneceria condições para que

se pudesse implantar qualquer tipo de tirania contra os seres humanos, sob a égide de que “quem ama protege”.

Já a consciência transitiva crítica analisa com maior profundidade os fatos, mostra-se mais aberta, democrática e, ao mesmo tempo, mais inquieta, porque as indagações são seu ponto de partida.

Vieira e Ximenes (2008a) relacionam os conceitos de conscientização e atividade comunitária. Os autores enfatizam a imbricação entre psiquismo e realidade material, na qual ambos possuem a necessidade da presença do diálogo; afirmam ainda a superação de uma apreensão espontânea na relação consciência e mundo. Assim, os autores defendem que conscientização e atividade comunitária fazem parte de um mesmo processo, pois “[...] a interação com a realidade, por meio de suas dimensões instrumental e comunicativa, produz mudanças na forma de o indivíduo se relacionar consigo, com o outro e com o mundo” (p. 32). Isso aponta para o fato de que mudanças nas formas de interação com o outro implicam necessariamente novas formas de apreensão da ação sobre a realidade (LURIA, 2005).

## **Método**

Esta pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como fundamento epistemológico. No campo ético, isso significa deixar de lado qualquer concepção de neutralidade em que possa ser pensada a construção do conhecimento, pois se reconhece nessa construção uma exigência de vinculação direta com as questões do tempo e do lugar em que é desenvolvida. Já no âmbito epistemológico, significa que “o pesquisador [...] deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer” (TRIVIÑOS, 1987, p. 73).

Além disso, escolheu-se dar um caráter qualitativo à investigação. De acordo com Richardson (1999, p. 80), “[...] a análise qualitativa tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que [a] empregam [...] podem [...] compreender [...] em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”. O autor também indica esse tipo de abordagem como uma maneira apropriada para o entendimento da gênese de um fenômeno social.

A pesquisa foi realizada no município de Pentecoste, Interior do Ceará, mais

especificamente, no Projeto de Educação em Células Cooperativas (PRECE), Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará. O PRECE é oriundo daquele município e desenvolve atividades que podem ser identificadas como “atividades comunitárias” (GÓIS, 2005).

Pentecoste localiza-se no norte do Estado do Ceará, estando a 86 quilômetros da Capital cearense, Fortaleza. Conforme os dados do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2007), a população do município é de 32.600 habitantes, divididos em população urbana (19.212) e população rural (13.388). De acordo com Farias (2007), apesar das diversas atividades econômicas desenvolvidas no município, a agricultura emprega 70% da mão-de-obra economicamente ativa.

O PRECE surgiu por conta da dificuldade de acesso à educação, que se verificava no início dos anos 1990, em Pentecoste, por iniciativa de um professor da Universidade Federal do Ceará. Criou-se o PRECE, com o objetivo de “[...] motivar jovens e adultos a investir em seus estudos como forma de enfrentamento da realidade desfavorável que ali imperava” (RODRIGUES, 2006, p. 70). Quatro jovens resolveram estudar juntos, com o objetivo de passar no vestibular da UFC.

Os estudantes e os colaboradores agrupam-se em células de estudo, de acordo com seu nível de conhecimento. Cada célula possui de cinco a sete membros – contando com um ou mais monitores – e dura, em média, três horas diárias de estudos. Os monitores, que devem ter pelo menos um ano de PRECE e afinidade com a área do conhecimento estudada pela célula, têm a função de estimular a participação e as discussões grupais, de modo horizontal e dialógico. Nos fins de semana, os monitores e veteranos participam de encontros de estudos coordenados por integrantes graduados e universitários, nos sete núcleos de atuação do PRECE, no município de Pentecoste (RODRIGUES, 2006; 2007).

Para o intuito da pesquisa, foi preciso uma maior convivência com o cotidiano que atravessava o contexto em que o PRECE funcionava. Pretendíamos, assim, compreender as interações sociais que o perpassavam e engendravam, bem como conhecer quais atividades comunitárias seus membros desenvolviam, num enfoque etnográfico (MATTOS, 2005), com a observação participante (MONTERO, 2006). Para fins de registro, lançamos mão de diários de campo, que nos permitiam escrever de modo sistemático acerca dos acontecimentos cotidianos.

Dessa forma, realizamos o acompanhamento de encontros periódicos do Conselho das Escolas Populares Cooperativas (EPCs). Com isso, intentávamos pesquisar de que maneira os “[...] precistas” (como são conhecidos os participantes do PRECE) costumavam participar de suas reuniões, se de modo mais ativo ou menos ativo – de acordo com a definição de Góis (2005), explicitada alhures. A partir daí, poderíamos escolher um membro do projeto que desenvolvesse uma atividade comunitária e que tivesse uma participação que pudesse ser considerada ativa.

Um terceiro momento foi a realização de uma entrevista semi-estruturada (RICHARDSON, 1999), com base na técnica da história de vida (CIAMPA, 1987; HAGUETTE, 2005). Tal metodologia foi aplicada com um precista que desenvolvia a atividade comunitária investigada, no intuito de nos aproximar dos sentidos que este atribuía a ela (LURIA, 1987; VIGOTSKI, 2001), como também de acompanhar seu processo de conscientização nas diversas atividades que desenvolveu ao longo da vida (FREIRE, 1984). Vale ressaltar que esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, conforme o ofício 583/07 e formulário 174/07. A metodologia utilizada passou por um pré-teste, a partir do qual foi ajustada, de acordo com as necessidades apontadas por sua aplicação.

Para fins de análise, optamos pela análise temática (BARDIN, 1977). Nesse sentido, tendo como ponto de partida essa metodologia, buscamos os temas centrais presentes nos dados apresentados na entrevista, a fim de compreender os sentidos produzidos pelo entrevistado sobre as atividades comunitárias de que participou, assim como seu modo de participar, e a conseqüente mutação em seu posicionamento diante da realidade.

Para a análise dos dados, seguindo a metodologia proposta por Bardin (1977), enumeramos todas as respostas e perguntas elaboradas para a entrevista, bem como as linhas a que estas se referem. Tal procedimento otimizou o processo elaboração de uma análise temática tal como descrito anteriormente.

## **Resultados e discussão**

Durante as visitas realizadas às reuniões das EPCs, bem como nas atividades de campo, pudemos identificar que eram poucos os “precistas” que realizavam atividades comunitárias. Escolhemos, então, para a realização da pesquisa, o projeto “Unidos

Venceremos”<sup>iii</sup>, desenvolvido por um membro do PRECE que aqui será chamado de Nascimento<sup>iv</sup>.

Nascimento descreve o Projeto “Unidos Venceremos” da seguinte maneira:

A idéia é essa pra gente abranger mais comunidades e tá trabalhando dessa forma e aí na primeira discussão a gente faz essa discussão [...] sobre os pontos positivos, pontos negativos, aplica uma ficha, né, pegando os dados sócio-econômicos da comunidade, aí a gente fecha o dia por aí. No outro encontro, a gente faz a parte de apresentação desses dados, que é justamente aquela idéia de mostrar que eles juntos, eles têm muito mais recursos, se eles trabalhassem juntos eles conseguiam muito mais coisas, entendeu, e aí o terceiro encontro já seria pra encaminhar um projeto que pudesse potencializar ou fortalecer aquela atividade que é pertinente ali. (R.217, L.417-425).

Ora, a descrição dada por nosso entrevistado, de quem se faz uma caracterização mais adiante, traz diversas características do que é uma atividade comunitária (GÓIS, 2005). Trata-se de uma atividade prática, voltada para a resolução de problemas concretos e contextualizados, realizada por um grupo de modo cooperativo, pois, nas discussões a que Nascimento se refere, todos têm oportunidade de participar e suas colocações são levadas igualmente em consideração. Assim, cada um é convidado a se posicionar a propósito das questões que Nascimento levanta, nos encontros, fortalecendo o significado dessa atividade para o grupo e o sentido dela, para cada um dos participantes.

O sujeito desta pesquisa é um jovem que tem entre 25 e 30 anos, filho de agricultores, casado e pai de uma criança; sempre morou num distrito de Pentecoste, distante em torno de 20 km da sede. Filho de pais pobres, Nascimento, no início de sua vida, teve que dividir seu tempo entre a escola e o trabalho, desenvolvendo atividades bastante importantes para a sobrevivência da família: “Muitas vezes, é necessário arrancar o mato com a mão. Eu fiz muito isso quando era criança. Aliás, eu trabalhei mesmo na roça dos quatro até os quinze anos de idade” (R. 9, L. 56-58).

A infância de Nascimento, portanto, era marcada sobretudo pelo trabalho e pelo estudo, com ênfase para o primeiro; de estudar, inclusive, pensou em desistir, por conta das dificuldades pelas quais a família passava: “Eu achava, assim, que era tão difícil que eu achava que tinha que ajudar meu pai. Eu dizia pra ela [a mãe], nas discussões que eu dizia pra ela, assim: ‘Eu não posso estudar, estudar não me dá retorno, entendeu? E eu preciso ajudar o pai, porque a mãe tá vendo a situação’” (R.78, L-431-343).

Nascimento só concluiu o Ensino Fundamental aos dezoito anos. Seus interesses, em termos de atividades, eram divididos entre jogar futebol e auxiliar o pai na sobrevivência, sem qualquer envolvimento com questões coletivas.

Á época da realização da pesquisa, era estudante de um curso de graduação do Centro de Ciências Agrárias da UFC. Semanalmente, participava de todas as reuniões do Conselho de EPCs em Fortaleza. Além disto, ministrava aulas de uma determinada disciplina na EPC onde foi aluno por cinco anos, bem como coordenava um Projeto que tentava aproximar o PRECE das comunidades do entorno de Pentecoste. Sua escolha para tomar parte desta pesquisa deveu-se à forma bastante ativa com que participava, tanto do Conselho de EPCs, quanto das reuniões do projeto “Unidos Venceremos”; ademais, tem-se o fato de podermos classificar, pelo que já expusemos anteriormente, a atividade que desenvolvia no “Unidos Venceremos” como atividade comunitária.

A maneira de Nascimento atuar, portanto, diz respeito a uma participação mais ativa, que, segundo Góis (2005, p. 155), seria um modo em que o sujeito “[...] participa das reuniões e da execução da ação decidida pelo grupo ou o coletivo”. Além de facilitar os encontros, Nascimento tomar parte em toda a sua viabilização, através de contatos com as lideranças das localidades em que estes se realizam.

Depois da infância perpassada pela dura realidade de ter de trabalhar para ajudar o pai, Nascimento teve sua carga horária de trabalho reduzida, o que possibilitou que se dedicasse a outras atividades. Seu primeiro trabalho comunitário foi na Igreja Católica de sua comunidade, depois de participar de um seminário ofertado por pessoas ligadas à Renovação Carismática. Até então, Nascimento tinha vergonha de participar, quando era convidado a estar presente em outras atividades. O seminário referido mudou essa concepção: “Eu tinha vergonha de participar. Depois que eu fiquei, que eu fiz o seminário, foi que eu quebrei esse negócio, entendeu? E, aí, eu comecei a participar. E, daí, eu tive uma participação por... por uns três anos” (R.81, L. 462-466).

Em seguida, seu modo de estar ligado à Igreja mudou. Já não era mais só participar do grupo de louvor, pois Nascimento assumiu outras funções, dentro da instituição:

Dos dezessete aos vinte anos, aí, eu [...] fiquei responsável pela Igreja. Aí, era uma liderança comunitária. Porque eu cuidava da Igreja... aí, eu fazia [...] um grupo de louvor, um grupo de jovens, que a gente...Eu tive muitos problemas. Assim, eu caí até pelas dificuldades... Eu, eu não tinha conhecimento, mas eu

achava que as coisas tinham que funcionar em grupo. Eu precisava de um grupo, mas eu não conseguia ter um grupo e eu também não sabia como fazer um grupo. Mas foi nesse período que eu fiquei à frente da Igreja, entendeu? (R.84, L. 473-483).

Conforme podemos constatar, não era só executar outra ação, mas, sobretudo, exercer uma outra atividade, pois essa ação era permeada por significados e apreendida a partir de um sentido atribuído por Nascimento. Conforme Leontiev (1978, p. 93), “[...] todo o reflexo psíquico resulta de uma relação, de uma interação (sic) real entre um sujeito material vivo, altamente organizado, e a realidade material que o cerca”.

Assim, podemos compreender que, pelas interações que Nascimento estabelece com sua realidade material, exercendo a função de “responsável pela Igreja”, há um impacto profundo no jeito como ele se percebe. Atuando dessa forma, passa a não mais se perceber apenas como mais um participante de um grupo de louvor, mas demarca esse momento como o de uma passagem para tornar-se uma liderança comunitária.

Podemos notar outra metamorfose ocorrida no modo de ser de Nascimento. Nosso entrevistado fala de um “toque espiritual” pelo qual passou, na oportunidade de sua participação no seminário oferecido pelo grupo da Renovação Carismática:

Eu acho que foi um toque, assim, espiritual. Algo me tocou naquele dia, me quebrou... aquela coisa de não falar em público, entendeu? E isso, aí, foi... foi de lá pra cá, pronto! Então hoje eu não tenho problemas, Se eu tô falando na frente do Governador ou do Presidente da República, ou do Presidente dos Estados Unidos, pra mim, não faz diferença. Acho que são pessoas iguais a qualquer um. (R.86, L. 491-496).

Próximo ao fim de seu trabalho na Igreja, Nascimento aproximou-se de um projeto decisivo em sua vida: o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE). A princípio, não era algo que chamasse tanto sua atenção, o que fez com que ele deixasse o grupo pouco tempo depois de seu ingresso. Posteriormente, passou a conviver com este mesmo grupo de outra forma. Compartilhar o dia-a-dia, ver os outros cooperando em torno de objetivos comuns, sem o intermédio da presença do professor serviram como estímulos para que ele se dedicasse integralmente às atividades do grupo do PRECE: “Às vezes, eu não precisava nem de reunir em grupo, não. Deu a hora do almoço, a gente ia junto e discutindo. Era sempre assim: nós, na verdade, se a gente não estava discutindo educação em si ou um texto, um assunto, a gente tinha que estar discutindo alguma coisa” (R.119, L.757-760).

Como se pode observar, o diálogo fazia parte do cotidiano desse grupo. Assim, as pessoas que dele faziam parte eram estimuladas a se colocar, a cooperar no sentido de que o grupo pudesse se posicionar diante de algum tema, fosse ou não parte do conteúdo formal.

As atividades de que Nascimento começava a participar no PRECE, um grupo que “travava altas discussões”, como ele se refere em passagem anterior, mudaram a forma como ele se percebia. O “toque espiritual” a que aludiu, quando falou de seu trabalho à frente da Igreja, deu lugar a uma convivência cooperativa, que lhe dava a oportunidade de participar ativamente do cotidiano do grupo, tanto em sua esfera formal de grupo de pessoas que estudavam, quanto de seres humanos que conviviam no mesmo ambiente: “Cara, eu ficava, assim, no final da tarde, assim... Porra, as ideias, tudo, entendeu? Tudo. (Risos) Minha cabeça tentando organizar as idéias, eram muitas ideias” (R.114, L.724-726).

Pelo posicionamento de Luria (1987), podemos ressaltar que a tentativa de organizar ideias a que se refere Nascimento, no trecho acima, pode ser compreendida como a formação de novas necessidades, bem como de novas informações advindas da interação com o grupo que compunha o PRECE. Como mostra Leontiev (1982), a atividade é a base da formação da consciência – e não o contrário. No caso de Nascimento, a interação com os outros membros do PRECE, conforme já explicitada anteriormente, de modo dialógico, gerava novas ideias, saltos qualitativos em sua maneira de apreender os conteúdos abordados durante o dia, as ideias que, segundo o entrevistado, tentava organizar.

Outro aspecto que merece destaque, na passagem citada acima, diz respeito ao seu processo de conscientização. Retomando Freire (1980; 1984), podemos compreender a conscientização como o movimento da consciência. Isso significa que, com base em novas interações estabelecidas no cotidiano, como as descritas por Nascimento, o indivíduo desenvolve novas compreensões e ações.

Depois de alguns anos, o coordenador do PRECE apresentou a Nascimento uma proposta para cultivar uma horta, no espaço em que funcionava a EPC em que ele atuava:

[...] aí, cara, pois é, nessa época, nessa época aí de 2004 a gente queria construir uma horta orgânica [...] e ele [o coordenador do PRECE] queria fazer uma espécie de cartão postal, entendeu, assim, pro PRECE, assim, e também um espaço pra gente fazer as aulas muito mais atrativas, entendeu, então eu comecei mais uns meninos lá, nessa época já era outra turma, já tinha outros estudantes que tavam ficando na casa também, nós começamos a horta, deu certo, entendeu, a gente produziu de tudo, de tudo mesmo assim, que era necessário (R.156, L.992-999).

Trabalhar na horta não significava para Nascimento apenas produzir comida, por mais importante que fosse isso. Essa atividade ganhou outro sentido para ele, pois gerou um questionamento a respeito das outras que desenvolvia, no PRECE, referentes ao espaço da sala de aula, mas com pouca ligação ao que se passava fora do ambiente institucional, em especial, sua comunidade: “A idéia era essa de voltar, né, pra comunidade, entendeu, pra retomar esse trabalho [com os grupos da Igreja], e a horta me abriu muito a mente, sabe, cara, eu fiz a horta lá, eu achava assim que...” (R177, L1130). A interação de Nascimento com o mundo, decorrente dessa atividade, proporcionou-lhe o desenvolvimento de uma concepção de que o conhecimento que era adquirido pelos “precistas” deveria servir também para contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade de origem.

Kozulin (1994, p. 115), tendo em vista o referencial da Teoria Histórico-Cultural da Mente e discorrendo acerca da formação da mente originada de uma atividade socialmente significativa, postula que “[...] o desenvolvimento não é um desdobramento ou maturação de ‘idéias’ pré-existentes. Pelo contrário, consiste na formação dessas idéias – a partir do que originalmente não era uma idéia – no curso de atividades socialmente significativas”. Assim, foi possível a Nascimento, juntamente com seu grupo, desnaturalizar a atividade de cuidar de uma horta, porque ela serviu tanto como recurso didático, quanto para instigá-lo, por meio daquela interação, a “abrir a cabeça”.

Na terceira vez em que prestou vestibular, ele conseguiu entrar em um curso ligado às Ciências Agrárias. Momento de grande alegria, Nascimento refere-se a este como um desafio: “Não era nem uma vitória, era um desafio pra mim, certo, principalmente prum cara que teve uma trajetória que eu tive, né, assim, de escola pública e muita dificuldade” (R.183, L.1176-1181).

O desafio a que alude Nascimento tem sentido de uma conquista que não serve apenas para seu próprio benefício. Conforme disse Nascimento, em relação ao trabalho desenvolvido na horta da EPC em que atuava, já havia de sua parte um desejo de realizar um trabalho mais voltado para a área de produção, o que fica bastante claro em sua fala, quando remete ao que significou para ele o vestibular:

Pra mim, cara, passar no vestibular significava além de eu entrar na Universidade, significava também [...] ter acesso a um conhecimento, [...] que eu pudesse ajudar a minha comunidade, que eu pudesse me preparar pra fazer os trabalhos que eu tinha feito anteriormente com [...] menos [...] preparo [...], então eu achava que vir pra universidade significava isso [...] (R.172, L.1103-1110).

Fica evidente, nas palavras de Nascimento, uma vinculação muito forte com as questões de seu tempo e lugar, advinda de sua interação com a realidade. Seu modo de significar a realidade, o que podemos compreender como seu processo de conscientização (VIEIRA; XIMENES, 2008a), é mediado por sua ação no mundo, no caso, sua interação, ocorrida a partir do processo educativo.

Nascimento, após entrar na Universidade, desenvolve um projeto chamado “Unidos Venceremos”. Esse projeto, como já descrevemos anteriormente, possui uma proposta de assessorar produtores do município de Pentecoste, com o intuito de proporcionar o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades.

Nascimento refere-se aos encontros do “Unidos Venceremos” como momentos que produzem uma transformação em sua vida, no sentido de cada vez mais se apegar à realidade:

Toda vida que eu me encontro com um grupo de produtores, pra mim tá acontecendo uma transformação, então eu não posso dizer qual é a mais importante, mas eu acredito assim, que todas têm, todas têm um [incompreensível], é uma transformação assim, eu acho assim, que a cada dia eu me apego mais à realidade, entendeu, e acho que é possível transformar aquela realidade, entendeu, então é a transformação assim, pelo fato de eu tá na universidade hoje... (R. 225, 1482-1487).

A ação de Nascimento no mundo é internalizada e significada de sorte a ver como é possível a transformação de sua realidade e de seus conterrâneos, a quem se sente intimamente ligado. Há, contudo, um dado que merece destaque: o começo dos trabalhos do “Unidos Venceremos” depende muito da iniciativa de Nascimento, o que nos faz indagar que transformações se operam nos moradores participantes dessa atividade. Afinal, a transformação aqui referida é a de Nascimento, mas sabemos que a transformação social necessariamente passa por um processo coletivo (DEMO, 1988). Qual o impacto, por exemplo, de uma eventual ausência de Nascimento, na execução dessas atividades? Esta é uma questão que, num estudo posterior, mereceria uma aprofundada investigação.

Diferentemente de outros projetos dos quais Nascimento participou, no PRECE, o “Unidos Venceremos” foi uma criação dele próprio, sem a influência tão direta do coordenador do PRECE. De acordo com nosso entrevistado, isso fortaleceu sua autonomia:

Com [o Unidos Venceremos], eu descobri que eu tenho autonomia de criar um projeto, eu tenho autonomia de executar esse projeto, entendeu, eu tenho

autonomia pra agregar a esse projeto outras pessoas, que ninguém vai me criticar por isso, entendeu, que as pessoas vão valorizar essa atitude, entendeu, me sinto a vontade pra fazer isso, aí eu acho assim, que é uma questão de autonomia, coisa que no nosso país, num sei, no nosso país não existe muito, entendeu, assim, a própria escola não dá autonomia às pessoas, né, a própria escola já cria um sistema que vai, sei lá, tirando essa autonomia das pessoas, né, e por outro lado a gente tá tendo essa capacidade de decisão, de sair da universidade, de sair do nosso espaço acadêmico com uma ação mais atuante na comunidade e essa outra mudança é uma mudança assim, de reconhecimento na comunidade, de ser respeitado (R.240, L.1590-1600).

Nascimento reconhece, portanto, a autonomia que ganhou do PRECE, ao poder executar seu projeto, sentindo-se autorizado para tal. Não apenas pensa, mas, sobretudo, percebe-se como possível autor de sua própria vida, a partir de seu modo de atuar no mundo, criando um projeto que difere do que geralmente se faz, dentro do próprio PRECE. Essa atitude para consigo e com o outro é descrita por Góis (2005) como característica do sujeito da comunidade. Enfatiza esse autor (GÓIS, 2005, p. 52):

Na construção do sujeito da comunidade está implicada a compreensão do morador de que ele é responsável pela realidade histórico-social na qual vive e que, também, é capaz de transformá-la em seu próprio benefício e no da coletividade. Por reconhecer seu valor pessoal e seu poder pessoal [...], o morador-sujeito descobre-se capaz de influir no sistema de ação histórica [...] de sua coletividade e da sociedade maior.

Pelo relato de Nascimento, é notório como este se sente responsável e capaz de intervir em sua realidade, de forma cooperativa. Interessante destacar que, mesmo recebendo estímulos do coordenador do PRECE, ele nos deixa claro que esse processo ocorreu por uma significação acontecida em consonância com a internalização de uma interação com a concretude de seu mundo.

Nascimento vê a si e ao grupo que compõe como responsáveis por utilizar os conhecimentos tecnológicos, a que se refere a seguir, em prol do benefício de sua comunidade. Na perspectiva de nosso entrevistado, suas experiências foram fundamentais para que se implicasse a resolução das problemáticas que seu contexto apresenta:

Porque não dá pra sair dali passando tudo que eu passei e, assim, tendo a transformação que a gente teve em termos de consciência, e dizer assim “eu não ligo praquele negócio”, “eu não ligo praquela comunidade”, “eu não ligo praquelas pessoas”, entendeu, num dá pra você dizer assim “a próxima seca vem”, que ela virá mesmo, nós vivemos numa região que está sujeita a qualquer momento, qualquer ano, né, vir uma seca, então ela vem, isso eu sei, como evitar que ela, eu num posso evitar que ela venha, mas eu posso evitar que os danos causados por ela sejam muito menor e eu deixar que as pessoas passem por isso

se eu posso contribuir com, pra que ela não passe por isso, então, assim, é algo que a gente recebeu e num pode acabar, entendeu? (R.267, L.1770-1779).

Outro aspecto nesse sentido é ressaltado por Nascimento, quando este afirma: “Quem teve acesso à educação como nós tivemos, nós temos que dar nossa colaboração. Se nós temos acesso a essa tecnologia, a esse desenvolvimento tecnológico da universidade, de tecnologia, nós temos que levar isso, né, até a comunidade”. (R.254, L.1700-1702).

Por meio do processo educativo e da atuação nas comunidades que compõem o município de Pentecoste, Nascimento analisa a questão da seca, que tanto castiga o sertanejo de nosso país ao longo de séculos, como algo perfeitamente mutável mediante utilização de tecnologias desenvolvidas na Universidade. Aliado a essa tecnologia, ele aponta o compromisso dos “precistas” que passaram pelos problemas que a seca proporciona e que agora possuem, em diversas áreas do conhecimento, instrumentos que podem diminuí-los.

As transformações experimentadas por Nascimento correspondem a mudanças em suas ações e sentidos atribuídos ao mundo no qual vive. O curso dessas transformações, produzidas através de uma interação concreta e cotidiana, nos mostra seu processo de conscientização.

Como afirmam Vieira e Ximenes (2008a), a conscientização não deve ser compreendida em sua dimensão moral. Isso corresponderia a noções correntes de conscientizar as pessoas de algo. Nesse caso, conscientizar equivale a convencer. Tomando por base a já mencionada definição de Paulo Freire, bem como a perspectiva desenvolvida por Góis (2005) e investigada por Vieira e Ximenes (2008a), conscientização e convencimento se dão em âmbitos e compreensões diversas.

Nascimento, ao expor a criticidade que desenvolveu a respeito de si e do mundo, revela a trajetória de sua consciência. É relevante, aqui, contudo, uma ressalva. Não se pode defender a concepção moralista de que Nascimento evoluiu de um ponto a outro, senão perceber que novas formas de lidar com a realidade, mais críticas, foram adotadas por ele em sua trajetória de vida. Proceder de outra forma seria desconsiderar o que salientam vários autores dos referenciais aqui assumidos (LURIA, 1987; VIGOTSKI, 2001; LEONTIEV, 1982; 1978; GÓIS, 2005; FREIRE, 1980; 1984), e que pode ser resumido na constatação de que a consciência é um fenômeno histórico. Isso significa em sua

compreensão não caberiam concepções moralistas de melhor ou de pior, mas o reconhecimento de que ela não é um fato, ou uma substância essencialmente determinada, mas que se forja no bojo das interações sociais, nas quais sofre constantes transformações, ao longo da história coletiva e individual.

### **Considerações finais**

Buscamos compreender, neste estudo, a partir da Teoria Histórico-Cultural da Mente, da Educação Libertadora e da Psicologia Comunitária, com seu conceito de atividade comunitária, de que modo poderia ser entendida a participação e a formação da consciência. Vimos que uma participação mais ativa, como a que Nascimento desenvolveu no PRECE, em especial, propicia oportunidades de que a consciência se modifique cada vez mais, em sua interação com o meio. Essa interação, ao mesmo tempo em que tem a presença da transformação do mundo, traz a mudança da leitura da realidade por parte de Nascimento, o que, na esteira de Paulo Freire, chamamos de conscientização.

A participação de Nascimento vai sempre na direção de um fortalecimento de sua interação com a realidade, de sorte que, ao transformá-la, sente-se e percebe-se cada vez mais transformado. Sua construção como sujeito de sua história está diretamente ligada a uma forma ativa de participar das atividades comunitárias, como, por diversas vezes, é possível notar em seu discurso.

Contudo, nem sempre, nos encontros realizados nas comunidades, é possível encontrarmos essa forma de participação presente, pois, por uma série de razões nas quais não nos deteremos, os moradores costumam esperar que Nascimento ou uma liderança local tome a iniciativa, o que nos leva ao seguinte questionamento: que impacto esses encontros produzem na leitura da realidade, por parte desses moradores? Que diferenças esse impacto guarda, em relação ao que é vivenciado por Nascimento, em sua convivência com o grupo? Afinal, qual o impacto de diferentes formas de participação?

Nascimento apropriou-se desses contextos de cooperação de um modo crítico. Pudemos observar, ao longo do trabalho, a dimensão do impacto que tais interações tiveram nos modos de Nascimento significar sua realidade, de maneira que, quanto mais oportunidades surgiam para participar de uma forma ativa, mais aprofundou sua leitura a respeito da realidade. Além de sua iniciativa própria, sem dúvida, contribuiu para tanto o

contexto em que esteve, já que lhe foram ofertadas oportunidades de coordenar atividades, tanto na Igreja de sua comunidade, quanto nas atividades do PRECE.

Esperamos que este estudo possa servir de provocação, não só para a Psicologia Comunitária, mas para todos aqueles que procuram um trabalho que tenha como horizonte ético o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos envolvidos e que os instigue na busca de construção de formas em que cada uma dessas áreas possa contribuir nesse intento.

## COMMUNITARIAN ACTIVITY AND AWARENESS: AN INVESTIGATION FROM SOCIAL PARTICIPATION

### **Abstract**

This work is based on Góis's verification that there's a correlation between the way to participate of communitarian activities and awareness. Its objective is to discuss how the way to participate of communitarian activity influences on the awareness process, from a historical-cultural psychology point of view. A qualitative boarding is used, with ethnographic approach. One person was interviewee, through the half-structuralized interview, with focus in his history of life. The interview and daily of field were registered. It was analyzed the way to participate of the participant of the research and it was made a thematic analysis of his interview. As result, we could verify that more active and cooperative participation propitiates conditions so that the person in this way fortifies her interactions with the reality through the appropriation and meanings of this kind of relationship.

**Keywords:** Participation. Communitarian Activity. Awareness.

### **Referências**

AMMAN, Z. B. *Participação Social*. São Paulo: Cortez, 1978.

BARDIN, L. *Análise de discurso*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Ceará – Pentecoste*: número de habitantes em dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/municesportes/dados.php?tab=b5&codmun=1070&uf=23&descricao=Pentecoste>. Acesso em: 20 dez. 2007.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1988.

FARIAS, C. M. C. *Sentimento de afetividade: sob o prisma de três olhares*. 2007. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

GÓIS, C. W. L. *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza: Viver, 1994.

\_\_\_\_\_. *Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Edições Instituto Paulo Freire – CE, 2003.

\_\_\_\_\_. *Psicologia Comunitária: atividade e vivência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOZULIN, A. *La psicología de Vygotski*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

LEONTIEV, A. N. *O Desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

\_\_\_\_\_. *Actividad, conciencia y personalidad*. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1982.

LIMA, S. A. B. *Participação social no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1983.

LURIA, A. *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento Cognitivo*. São Paulo: Ícone, 2005.

MATTOS, C. L. G. de. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. Disponível em: [www.ines.org.br/paginas/revista](http://www.ines.org.br/paginas/revista). Acesso em: 07 set. 2005.

MONTERO, M. *Hacer para transformar: el método en la Psicología Comunitária*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, F. A. Educar-se em colaboração: um encontro entre sujeitos. In: OLINDA, E. M. B; FIGUEIREDO, J. B. A. (Org.). *Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire*. Fortaleza: Editora UFC, 2006, p.63-74.

\_\_\_\_\_. *Instituto Coração de Estudante: educação e mudanças sociais, políticas e culturais em comunidades rurais em Pentecoste – Ceará*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. *Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 35-43.

SOUZA, M. L. de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, E. M.; XIMENES, V. M. Conscientização: em que interessa este conceito à Psicologia? *Psicologia Argumento*. v. 26, n. 52, 2008a, p. 23-33.

\_\_\_\_\_. O orçamento participativo (OP) em Fortaleza: uma análise com base na participação, na cidadania e na democracia. In: BRAGA, E. (Org.). *Estado e políticas públicas: vivências e criticidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2008b, p.125-140.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Recebido em: 03-05-2011.

Aceito em: 09-07-2012.

#### **Sobre os autores:**

*Emanuel Meireles Vieira* é mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [emanuel.meireles@gmail.com](mailto:emanuel.meireles@gmail.com)

*Verônica Moraes Ximenes* é Psicóloga, Doutora em Psicologia (Universidade de Barcelona), Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM)/UFC. Bolsista em Produtividade do CNPq. E-mail: [vemorais@yahoo.com.br](mailto:vemorais@yahoo.com.br)

---

<sup>i</sup> Em verdade, Freire (1984) refere-se aos níveis de consciência. Góis (2005), contudo, traz a ideia de que seriam tipos. Concordamos com esta última, por dar uma noção menos linear e mais transitiva do processo.

<sup>ii</sup> Freire (1984) alude a uma consciência *intransitiva*. Contudo, de acordo com sua própria definição e baseados em Góis (2005), pensamos ser mais apropriada a utilização do termo *semi-intransitiva*, pois, como Freire expõe acima, nenhuma consciência pode ser completamente intransitiva, uma vez que toda consciência é consciência de alguma coisa. Portanto, para que possa se relacionar com o mundo, precisa estar minimamente aberta.

<sup>iii</sup> Nome fictício dado ao Projeto.

<sup>iv</sup> Nome fictício.